

BRASILIDADE E COLONIALISMO MENTAL: O ASSÉDIO DO PROGRESSISMO IMPORTADO *

*Carlos Sávio Gomes Teixeira ***

Resumo: Este artigo, transcrição revisada de uma palestra, analisa o pensamento brasileiro contemporâneo e suas manifestações políticas e culturais. Inicia com uma apresentação da relação entre as três correntes principais de interpretação do Brasil com a brasilidade, entendida como expressão de sincretismo. Em seguida, explica a natureza do assédio intelectual do progressismo importado à brasilidade, argumentando ser este movimento resultado do mais agudo colonialismo mental de nossa história. Discute alternativa à evasão intelectual dos problemas realmente profundos de nossa sociedade, a partir de exemplos de ações transformadoras, fruto da imaginação institucional, tais como a reorganização das formas jurídicas de propriedade.

Palavras-chave: Brasilidade; Colonialismo mental; Pensamento brasileiro, Crítica ao Progressismo.

BRASILIDADE AND MENTAL COLONIALISM: THE HARASSMENT OF IMPORTED PROGRESSIVISM

Abstract: This article, a revised transcription of a lecture, explores contemporary Brazilian thought and its political and cultural manifestations. It begins by examining the relationship between the three main currents of interpretation of Brazil and the notion of “brasilidade”, conceived as an expression of syncretism. The discussion then turns to the intellectual assaults exerted by imported progressivism upon “brasilidade”. The article contends that such assaults represent the most acute instance of mental colonialism in Brazilian history. Finally, it considers alternatives to the intellectual evasion of the society’s most profound challenges, illustrated through a reflection centered on institutional imagination as a means of confronting them - for example, through the reorganization of legal forms of property.

Keywords: Brasilidade; Mental colonialism; Brazilian thought; Critique of progressivism.

BRASILIDADE Y COLONIALISMO MENTAL: EL ASEDIO DEL PROGRESISMO IMPORTADO

Resumen: Este artículo, transcripción revisada de una conferencia, analiza el pensamiento brasileño contemporáneo y sus manifestaciones políticas y culturales. Comienza con una presentación de la relación entre las tres corrientes principales de interpretación de Brasil y la brasilidade, entendida como expresión de sincretismo. A continuación, explica la naturaleza del asedio intelectual del progresismo importado a la brasilidade, argumentando que dicho

* Transcrição, revista e modificada, de palestra proferida em 09 de dezembro de 2024, na XXIX Jornada Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que neste ano ocorreu sob o título geral “A brasilidade e o Direito: potência da cultura e compromisso democrático”. Dedico esta palestra à minha filha, mineira, Hadassa.

** Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, onde atualmente coordena o seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8877-5537>. Contato: carlos.savio.teixeira@gmail.com.

movimiento es resultado del colonialismo mental más agudo de nuestra historia. Se discute una alternativa a la evasión intelectual de los problemas realmente profundos de nuestra sociedad, a partir de ejemplos de acciones transformadoras fruto de la imaginación institucional, tales como la reorganización de las formas jurídicas de propiedad.

Palabras clave: Brasilidade, Colonialismo mental, Pensamiento brasileño, Crítica al progresismo.

1 Introdução

Início esta palestra com uma afirmação polêmica: o maior problema do Brasil não é a desigualdade social, embora ela seja um gravíssimo problema nacional – afinal, nosso país é um dos mais desiguais do mundo. O maior problema brasileiro é o colonialismo mental, que, entre outros efeitos negativos, impede que se pensem os meios reais e efetivos para o enfrentamento de desafios como o da desigualdade social. Por colonialismo mental, entendo a atitude epistêmica e comportamental de pensar e sentir com ideias e emoções importadas de países que costumamos tomar por referência, como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra ou a Alemanha. O resultado do colonialismo mental é que o que acaba por informar as práticas de pensamento e os programas de ação entre nós guarda relação totalmente distorcida com a sociedade brasileira, porque no fundo são desinteressados por nossas características, vontades, potencialidades, virtudes. É assim que chegamos ao absurdo intelectual de se achar que políticas compensatórias são capazes de enfrentar desigualdades profundas como as nossas.

Um dos mais importantes pensadores brasileiros, Oliveira Vianna, chamou a atenção desde o início do século passado para este desligamento dos quadros dirigentes do país em relação à sua realidade¹. Como o desenho da institucionalidade política foi, ao menos desde a

¹ “Os elaboradores do nosso direito escrito – que, nas capitais litorâneas, no Parlamento e nas universidades, organizam e constroem sistemas constitucionais para o nosso povo [...] julgam que estes tipos sociais, estes usos e costumes, estas instituições sociais – que estão aí vivos e atuantes no seio das nossas populações rurais das matas, dos sertões, dos pampas, da orla marinha e formam o substratum vivo e orgânico do nosso Direito Público Costumeiro (do nosso Direito Constitucional e Administrativo não escrito) – são apenas formas aberrantes ou retardadas, ilegais ou deturpadas das suas belas regras, dos seus belos princípios, dos seus belos mandamentos, dos seus belos ideais e "sonhos": – e, como tais, não merecem ser considerados nem nos seus programas de partidos, nem nas construções jurídicas (Constituições) que elaboram para o nosso povo. Entretanto – frise-se bem esta observação – estes usos, estes costumes, estes tipos, estas instituições, formando o complexo da nossa culturologia política, "penetram" – para empregar a expressão de Frobenius – a psique dos nossos "cidadãos", principalmente nos campos, e constituem-se em motivos determinantes da sua conduta quotidiana na vida pública, não só no povo-massa, como mesmo nas elites superiores. Não são criações improvisadas e individualizadas, saídas da cabeça de alguns homens, ou sábios, ou corrompidos. Formaram-se lentamente sob a ação dos séculos, têm uma história social e coletiva, uma gênese cientificamente determinável e, na sua maioria, buscam a sua origem num passado remoto: muitos deles vêm do período colonial; mesmo alguns têm uma existência assinalável desde o I século, desde a época dos Donatários” VIANNA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal, 1999, p. 192.

Proclamação da República, dependente da importação de arranjos institucionais tomados por exitosos no Atlântico Norte, as nossas instituições, em sua maioria, não refletem as demandas reais e profundas de nossa sociedade nacional, nem projetam um ideal de aperfeiçoamento de nossa singularidade. A tentativa de conviver com pacotes institucionais exógenos tem redundado em crises, e isso desde muito antes da crise atual, sob a Constituição de 1988².

A chamada Nova República, que pôs fim à ditadura militar de 21 anos, inaugurou um período marcado por um ativo colonialismo mental, vigente até hoje. A redemocratização do Brasil se fez tendo como tema de fundo a lamentação social. Os anos 80 do século passado, ainda exibiam a noção de socialismo com aura de alternativa à ordem capitalista. Entretanto, o colapso do mundo socialista mudou a situação e trouxe ao centro do debate entre os progressistas uma orientação meramente compensatória. Todos os três partidos políticos que governaram o país no período e são tidos como de centro-esquerda - PMDB, PSDB e PT - compartilharam a ideia de inclusão social sem transformação da estrutura institucional que gerou a exclusão a ser superada. E, assim, passados quase quarenta anos da promulgação da “Constituição Cidadã”, mais da metade dos brasileiros continua vivendo na condição de subcidadãos.

Essa ordem instaurada a partir de 1988 contou como aliadas intelectuais na academia, na mídia e, por consequência, no debate público, duas tradições intelectuais que sempre estiveram sob a pressão do colonialismo mental³: o liberalismo e o marxismo praticados no Brasil. Assim, no momento em que a nova ordem institucional estava sendo erigida, tendo como marco a promulgação da Constituição de 1988, a expressão da reorientação das bases intelectuais se concretizava completamente. Seu sentido será o da substituição da lógica transformadora, que vigorara até o nacional-desenvolvimentismo informado pelo construtivismo institucional, pela lógica da acomodação institucional combinada com o

² É oportuno explorar, ainda no domínio do colonialismo mental, com atenção a essa antecedência histórica, o efeito “psicológico” da formação colonial da sociedade brasileira, cuja compreensão Alberto Guerreiro Ramos definiu com precisão: “A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas, é entendida como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas. Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilingüismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata”. RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 37.

³ Extraímos a concepção de colonialismo mental de Roberto Mangabeira Unger. Convém um trecho em que o autor esclarece como o colonialismo mental opera no Brasil: “As ideias a respeito da estrutura da sociedade, de sua possível transformação e dos imperativos e alternativas institucionais são fixadas, sob o reino do colonialismo mental, por correntes de pensamento dominantes nos países orientadores. A cultura popular fica desligada de qualquer ideário ou projeto voltado para a reconstrução da sociedade e de suas instituições. E na medida em que se torna objeto das preocupações da alta cultura, sobretudo da cultura acadêmica, vira folclore.”. UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental: Repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 19.

discurso da inclusão – caudatária, como veremos, da tradução em política do novo ordenamento de ideias a fazer a cabeça dos que governariam o país.

Dividirei minha exposição em três partes, além desta breve introdução. Na primeira, apresentarei uma sintética caracterização da brasilidade como uma variante de sincretismo e sua percepção pelo pensamento social brasileiro. Em seguida, abordarei a forma pela qual o que estou chamando de assédio intelectual do progressismo contemporâneo importado tenta acossar a brasilidade. E, por último, à guisa de conclusão, proporei uma rápida reflexão sobre o futuro imediato do Brasil, sob a influência do Direito e de sua capacidade de pensar alternativas.

2 A Brasilidade como sincretismo e o pensamento brasileiro

O traço mais saliente de nossa formação histórica é o sincretismo. Ele tem manifestações positivas e negativas, mas é o que nos define em comparação com os outros povos. Ele está manifesto na composição étnica do país. Na estruturação religiosa. Na incapacidade de o país concluir vários processos de institucionalização, como o da profissionalização de uma burocracia estatal capaz⁴. Identifico dois grandes macro processos que operaram como uma estrutura causal de nossa formação como país: de um lado, aquilo que Celso Furtado chamou de espírito de acampamento, responsável pela nossa dificuldade com projetos exigentes que requerem um intenso sentimento de compromisso e tarefa para a sua realização. De outro, o ruralismo prolongado e a escravidão, que combinados geraram uma sociedade com enorme dificuldade de construir laços de solidariedade, sem a “sentimentalização das trocas desiguais”, de que falou Mangabeira Unger para descrever nossas relações sociais tradicionais. Essas forças negativas, entretanto, não impediram a construção de uma cultura duplamente vibrante no país. Nossa vida artística e cultural ostenta, como por exemplo na música, genialidades universais como a Bossa Nova e o Tropicalismo.

E na dimensão econômica uma cultura empreendedora impressionante, apesar de desfalcada dos requintes organizacional, científico e tecnológico, necessários à sua melhor fecundidade. No século XX, fomos capazes de realizar duas grandes transformações, a industrialização e a urbanização aceleradas, e com a incorporação de um enorme contingente de pessoas à arena político-eleitoral (na segunda metade do século), não gerando, no entanto, a

⁴ Uma maneira caricata de se perceber como esse traço pode assumir formas degeneradas e extremas por aqui é a orientação programática de nossos partidos políticos. No Brasil, o partido Republicano tem base teocrática. O partido Trabalhista tinha inclinação patronal e contou entre seus principais quadros com um ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria. O partido da Cidadania, uma atualização do antigo partido Comunista, possui clara adesão ao neoliberalismo.

diminuição de nossa indecente desigualdade social. É fenômeno singular na história contemporânea, como ressaltou o maior cientista político brasileiro, Wanderley Guilherme dos Santos⁵. E agora a situação ficou ainda mais dramática porque nosso último processo de “desenvolvimento” no período tucano-petista foi marcado pela dissociação entre atividade econômica e conhecimento, pois baseado no aproveitamento de recursos naturais com baixa agregação de valor. O caso da agricultura é notável, visto que ainda não temos industrialização rural - apesar do trabalho excepcional da Embrapa. E no campo da educação a situação passou do nível do dramático para o do desesperador: nossos indicadores de qualidade educacional são vergonhosos. Temos um círculo vicioso que nos coloca em direção oposta ao de atividades econômicas densas em uso da inteligência, que são a base de toda vanguarda contemporânea.

Dentre as tradições intelectuais desenvolvidas no âmbito do que chamamos de pensamento social e político brasileiro, venho desenvolvendo uma perspectiva de classificação das principais correntes de nossa inteligência dedicada a explicar o país⁶. Considero que a história intelectual brasileira legou três grandes paradigmas explicativos sobre o Brasil: o Construtivismo Institucional, o Liberalismo Culturalista e o Estruturalismo Sociológico. Cada um deles possui uma maneira de abordar o país (uma metodologia, com certas ênfases disciplinares) e uma orientação normativa (um programa político institucional, em alguns casos explícitos e em outros, implícitos). E todos eles foram, de certa forma, traduzidos em projetos políticos ao longo de nossa história republicana. O Construtivismo Institucional foi a base intelectual do trabalhismo histórico brasileiro, que por sua vez nos legou o grande arcabouço institucional do corporativismo varguista, responsável pela modernização brasileira. O liberalismo culturalista emprestou sua visão tanto à UDN em meados do século passado quanto ao PSDB desde finais da década de oitenta até hoje. E o Estruturalismo Sociológico é a perspectiva que orienta a esquerda convencional, desde o antigo PCB de Prestes até o PT.

A perspectiva analítica extraída do Construtivismo Institucional é a que se mostra mais bem equipada intelectualmente para compreender e explicar a natureza sincrética da brasilidade. A tese é a de que cada uma dessas correntes de pensamento possui um conjunto coerente de elementos, permitindo seu agrupamento por compartilharem preocupações metodológicas e explicações substantivas sobre o Brasil. O Construtivismo Institucional tem como ocupação central entender o processo de constituição da Nação. Sua ênfase analítica não

⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁶ TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Os Paradigmas de Interpretação do Brasil e os nossos Projetos de País. In: SOUZA, José Crisóstomo (Org.). *Filosofia, Ação, Criação: Poética Pragmática em movimento*. Salvador: EDUFBA, 2021.

recai sobre uma parte do país e seus problemas como a questão da desigualdade que ocupa lugar especial no estruturalismo sociológico, ou da suposta transplantação da institucionalidade portuguesa para o Brasil, como imaginam os liberais culturalistas.

Assim, do ponto de vista metodológico os construtivistas institucionais jamais enxergaram o Brasil como uma metaestrutura do tipo que o estruturalismo sociológico vê na formação do capitalismo que, segundo eles, nos caracteriza⁷. Da mesma maneira, os Construtivistas Institucionais nunca acreditaram no tipo de “estrutura profunda” da cultura (ideias e práticas) ibérica que onipresente no Brasil nos teria impedido de experimentar a modernização vivenciada, por exemplo, pelos EUA. Por não se deixarem sensibilizar por essas premissas, os construtivistas focaram desde sempre no desenho das instituições que poderiam melhor enfrentar nossos problemas. Oliveira Vianna, representante destacado deste construtivismo institucional e detentor de uma original interpretação de nossa formação histórica na qual a problemática rural teve grande destaque, foi o principal formulador do arranjo institucional que regulou as relações entre capital e trabalho no Brasil na aurora de nossa construção modernizadora, quando o mundo baseado no ruralismo estava sendo suplantado. Ele foi consultor do Ministério do Trabalho do governo de Getúlio Vargas.

O Construtivismo teve duas fases bem definidas: a primeira, de estirpe autoritária, via no Estado o único agente capaz de instituir o desenvolvimento de um tipo de “capitalismo” onde as liberdades civis e todos os seus corolários eram mais importantes do que as liberdades políticas; a segunda fase emerge quando as circunstâncias de afirmação da civilização brasileira foram estabelecidas pelo estado autoritário e este cede espaço pela própria evolução de sua obra. A tarefa agora é a democratização social do país, sem o espírito liberticida. Esta é a fase do nacional desenvolvimentismo dos anos 50.

Já o liberalismo culturalista sempre enxergou a sociedade brasileira como marcada pelo personalismo, cuja contrapartida institucional se expressa no âmbito estatal onde o patrimonialismo deita e rola. Daí resulta um país com feição iliberal, cronicamente incapaz de separar o público e o privado, condição indispensável para superação de nosso atraso. Seu

⁷ Essa tradição intelectual institucionalista e construtivista refuta, por exemplo, uma categoria que é usada de forma automática e quase impensada especialmente pelo progressismo, a de capitalismo. Tal conceito, derivado da tradição marxista, entende as estruturas sociais como fazendo parte de uma totalidade indivisível, uma espécie de *metaestrutura*. Nenhum dos autores do construtivismo institucional concebe a sociedade como descrita nos moldes de uma noção como o de modo de produção. Para eles, o que caracteriza as sociedades é muito mais rico e variado do que o que se pode inferir do uso da categoria modo de produção. Isso se reforça ainda mais quando se está diante de uma sociedade com as características da brasileira, que tem como pedra de toque tanto do ponto de vista sociocultural e religioso, como econômico, o sincretismo. As manifestações mais notáveis do desenvolvimento econômico brasileiro foram sincréticas, diferentemente das nações que são tomadas como referências de capitalismo avançado.

programa político tem na questão da representação política e na autonomia da chamada sociedade civil organizada um contraponto à perspectiva que vê o Estado como instituição fundamental na superação do subdesenvolvimento. Seus expoentes entre nossa intelectualidade são Rui Barbosa, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta.

O terceiro grande paradigma de explicação do Brasil em nosso pensamento social e político é o estruturalismo sociológico. Sua maior ambição analítica é descrever a revolução burguesa que instituiu o capitalismo no Brasil, realçando que uma de suas principais consequências tem sido a constituição de uma ordem social marcada pela exclusão de grande contingente de pessoas transformadas em ralé social. O seu programa político-institucional costumava oscilar entre a defesa da revolução e a prática do estatismo e do corporativismo. Mais recentemente, com o esmaecimento da ideia de socialismo, partidos e políticos que se deixam influenciar por essa corrente como o PT, acabaram praticando um neoliberalismo combinado com redistributivismo marginal. Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso (o da teoria da dependência) e Jessé Souza são exemplares dessa perspectiva.

Portanto, a corrente de pensamento brasileiro que teve como principal preocupação o diagnóstico e a descrição da originalidade da formação sócio-histórica brasileira, cujo acento analítico na percepção do sincretismo tanto como problema quanto como solução, foi o Construtivismo Institucional. E para ela, um corolário óbvio diz respeito à relação entre a identidade brasileira formada a partir do sincretismo e as opções institucionais para a organização do país: não basta moldar-se a partir de instituições de outras sociedades, é necessário que sejam construídas instituições próprias, para enfrentar e resolver os problemas que são específicos de nossa realidade. Essa é a pedra de toque dessa corrente de pensamento, com todas as suas variantes e contradições internas, e que foi hegemônica em termos de informar as ações do Estado brasileiro dos anos de 1930 até o final da ditadura militar.

3 O assédio intelectual dos progressistas contra a brasilidade

Todo o conjunto de premissas, de ideias, de imagens acerca do Brasil que formou o que se concebe como brasilidade, percebida como um movimento sociocultural positivo, assentado na tese de que a formação da sociedade brasileira se constituiu através do sincretismo, em que a mistura foi e continua sendo o traço principal do processo, passou a ser criticado e rechaçado, pelo menos parcialmente, pelos novos porta-vozes da ordem institucional que se erigiu a partir da redemocratização, em meados dos anos 80 do século passado. A brasilidade passou a ser percebida, então, não apenas como incapaz de prover soluções para problemas como a desigualdade. Mais tarde, a partir dos anos 2000, com a importação do identitarismo

por parte das elites culturais colonizadas mentalmente, a brasilidade foi frontalmente atacada como um mecanismo de encobrimento ideológico dos profundos males nacionais, especialmente o de chagas como o machismo e o racismo. Nessa nova perspectiva, a especificidade do Brasil deixou de ser a brasilidade em sua plasticidade integradora de contrastes e passou a ser a de uma sociedade perversa que mascarava sua brutalidade contra as minorias⁸.

Como já indicamos anteriormente, a chamada Nova República foi influenciada por um duplo e estratificado movimento de ideias. De um lado, a ascensão, no plano internacional, do neoliberalismo na esteira do fracasso do socialismo real e da queda do Muro de Berlim. Isso acabou gerando uma consciência intelectual que fundiu duas percepções: uma liberal, advogando o mercado como única instância possível para a organização da economia e as preocupações sociais derivadas da exclusão que o mercado gera, necessitando de políticas sociais compensatórias; e outra, “social”, com a ascendência ao primeiro plano de influência na esfera pública da justaposição do liberalismo culturalista e do estruturalismo sociológico, desbancando o construtivismo institucional como referência analítica e programática. O resultado foi o desligamento do país da lógica transformadora, que o presidira desde 1930, substituída pela lógica da acomodação, comandada pelos dois partidos que se auto denominavam a encarnação da modernidade contemporânea brasileira: PSDB e PT⁹.

Essa orientação tem traduzido o espírito do progressismo contemporâneo, tributário de uma concepção pós-estrutural e anti-alternativas institucionais. A ligação desse quadro com os programas intelectuais do liberalismo culturalista e do estruturalismo sociológico é intensa e sólida. Ela começa com o compartilhamento da crítica dessas duas tradições ao “populismo” da era Vargas. O projeto político derivado do liberalismo culturalista, representado com maior consistência ideológica e programática pelo PSDB, baseou-se no imperativo da integração subalterna da economia brasileira no sistema de trocas da economia mundial. A premissa central

⁸ O Professor Brand Arenari, meu colega no departamento de ciência política da UFF, afirmou que “a maioria dos professores universitários brasileiros, especialmente nas ciências humanas, tendem a se ver como adidos culturais de uma Europa imaginada, da qual seriam representantes legítimos de um lugar que “deu certo” contra um lugar em que tudo ‘dá errado’”.

⁹ Esses dois partidos exprimiram a visão predominante nas ciências sociais brasileiras que estratifica visões sobre a política, a vida institucional e a própria ciência, importadas da academia do Atlântico Norte. Delas se extrai um ideário apegado sobre as possibilidades de transformação da sociedade e um conseqüente rebaixamento de expectativas em relação, por exemplo, às políticas públicas. Uma expressão notável desse exercício intelectual pode ser encontrada no livro *As Políticas da Política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*, organizado por cientistas políticos dedicados às análises de políticas públicas, num esforço de defesa, em estilo tecnocrático requintado, daquilo que pode ser considerado criticamente como o regime brasileiro da subcidadania. ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio (Org.). *As políticas da política Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

é a de tentar encaixar o Brasil dentro do formulário da OCDE, na esperança de nos tornar menos diferentes dos países que tomamos como referência. É, segundo os seus defensores, a maior reforma modernizante a que o Brasil pode aspirar e com isso deixar para trás, definitivamente, os traços do atraso da brasilidade.

A tradição do estruturalismo sociológico se liga à lógica da acomodação por outra rota intelectual. O tema principal derivado de sua estrutura analítica é a desigualdade. Porém, as vicissitudes ocasionadas pelos acidentes da constituição disciplinar do pensamento acadêmico contemporâneo inspiraram diversas divisões que produziram, por exemplo, a separação entre a teoria social e a teoria política, cortando o vínculo entre o entendimento do existente e a imaginação do possível. Isso tem custado muito aos intelectuais que tratam de questões como a desigualdade, a partir de uma perspectiva de esquerda. O resultado desse corte é um paradoxo: quanto mais se estuda e conhece um problema, como o da desigualdade, menos se sabe como propor os meios para enfrentá-lo. Dessa circunstância surge uma dupla consequência: o descrédito na política transformadora e o rebaixamento das expectativas sociais e políticas, estreitando sobremaneira o horizonte normativo e programático. Um exemplo notável desse movimento são os governos petistas. A linguagem de seus intelectuais, extraída principalmente de teorias esquerdistas, bem como a retórica de seus quadros dirigentes, guardam no sotaque noções como a de revolução e abstrações conceituais como socialismo, mas diante da realidade rendem-se completamente à estrutura existente, defendendo, no fim das contas, bolsas e cotas que, como sabemos, são totalmente incapazes de mexer com o fundo causal da desigualdade.

Como esse exercício, digamos, espiritualizante, da política na Nova República mantém intocados, quando não aumenta, todos os problemas estruturais do país, o espaço para a prática intelectual característica do esquerdismo convencional, a denúncia e o protesto contra a ordem, continua aberto. Esse flanco tem sido ocupado no Brasil contemporâneo por aquela que é a maior expressão de colonialismo mental de nossa história, que, como sobejamente conhecemos, é pródiga neste expediente. Refiro-me ao identitarismo¹⁰. Ele é uma corrente de opinião

¹⁰ O identitarismo nasceu nos EUA e de lá se difundiu para o mundo. Os EUA sofrem de um defeito causado pela ideologia dominante neste grande país, segundo a qual no ato de fundação da república americana uma sociedade sem classes fora criada. Essa incrível fantasia tem implicações não apenas para a formação de sua identidade nacional, mas também para seus contornos intelectuais: o tema da desigualdade de classes e todos os seus corolários analíticos nunca ganhou centralidade nos EUA - que é o país mais desigual dentre os mais ricos e desenvolvidos. Este déficit impõe evidentes lacunas à compreensão sociológica da ordem social, como tratar a desigualdade racial e, mais recentemente, até de gênero como antecedente à desigualdade da estrutura de classes. Esta distorção analítica cobra alto preço na descrição e explicação da realidade e obviamente induz à definição equivocada de políticas públicas. O cientista político norte-americano Mark Lilla escreveu um ensaio crítico acerca da influência do identitarismo na consciência do progressismo americano e de suas consequências políticas e eleitorais desastrosas. Ver: LILLA, Mark. *O Progressista de ontem e o do amanhã: Desafios da Democracia Liberal no mundo Pós-Políticas identitárias*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

manejada por um vocabulário que vem se tornando hegemônico pela atuação das elites intelectuais nas universidades e na grande mídia, que procuram monopolizar o enquadramento de nossos problemas sociais longevos criticados pelos porta-vozes das minorias políticas. O glossário político identitário (opressor/oprimido, branquitude/negritude, resistência, decolonial, entre outros) é usado pelas elites identitárias para articular as controvérsias públicas nacionais de modo a distanciar o país da unidade necessária a qualquer futuro consequente, substituindo-a por discursos de divisão que mobilizam afetos com muito mais eficiência do que resolvem problemas¹¹.

O ideal da brasilidade, a mensagem da originalidade de uma sociedade baseada na “equilíbrio entre contrários”, na fórmula clássica descrita por Gilberto Freyre, é hostilizado por dois recursos práticos, ambos entrelaçados à agenda identitária: o anti-institucional e o extra institucional, que induz a classe falante do país a desprezar o único ambiente em que as mudanças reais podem ser efetivadas, o das instituições; e o expediente antinacional, que hostiliza qualquer ideia de unidade de Brasil enquanto uma comunidade singular capaz de hospedar sonhos e interesses de um mesmo povo, para apostar na fragmentação compulsiva dos grupos de identidade, enfatizando a incompatibilidade recíproca entre minorias e maiorias políticas. Os movimentos identitários operam pela primazia do conflito sobre os demais processos sociais. Toda a sociedade funcionaria como um circuito de processos que delimitam e cerceiam a ação humana. Na retórica identitária, o conflito adquire envergadura ontológica de fundação do circuito social. Cooperação, acomodação, adaptação e assimilação, que fazem

¹¹ Darcy Ribeiro, num exercício de presciência, comentava no início dos anos 80: “Hegel, no seu estudo clássico sobre a filosofia da história, vaticinou uma guerra entre os povos latinos e os anglo-saxões das Américas. Esta guerra está em curso. Entretanto, em lugar de movimentos de tropas e de batalhas campais, ela se trava mediante conspirações, subornos, contratos, intimidações, quarteladas, treinamento de forças repressivas, *programas de estudos sociológicos*, projetos econômicos e *campanhas publicitárias*. Com todos estes meios de pressão, de compulsão e *de doutrinação*, a América do Norte alarga e fortalece um sistema de dominação criado para impor seu próprio projeto de exploração de nossos recursos, de organização de nossas sociedades, de *regulamentação* de nossa vida política, de dimensionamento de nossa população e de fixação de nosso destino. O mais grave é que esta dominação já não se exerce de fora, mas principalmente desde o interior de nossas sociedades, onde as corporações norte-americanas se instalaram como quistos que crescem à custa de nossa substância; onde seus serviços de *controle dos meios de comunicação de massa conformam a opinião pública de acordo com seus interesses*; onde seus órgãos de assistência militar formam e orientam a oficialidade das forças armadas como órgãos auxiliares locais de seu esquema de dominação; onde *múltiplas agências intervêm em todos os centros de decisão dos governos*, nas associações patronais e nos sindicatos operários, nas comunidades religiosas, *em todas as esferas da educação e nas instituições científicas*. Os quadros dirigentes das grandes corporações, seus corpos gerenciais nativos e os agentes oficiais destas múltiplas formas de intervenção constituem, hoje, na qualidade de “elites dirigentes invisíveis”, o estamento mais influente da estrutura de poder das sociedades latino-americanas.”. RIBEIRO, Darcy. *O Dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983, p. 10, grifos meus.

parte fundamental de todo processo da vida em sociedade, são desconsiderados pelos identitários¹².

Não surpreende que essa ênfase na dimensão beligerante da vida social seja caudatária de uma leitura abstrata que atribui ao mal *status* de homogeneidade. A tendência dos movimentos identitários é a de raciocinar como se os entraves para o êxito e a autorrealização das pessoas fossem localizados em uma mesma raiz ou origem. Haveria uma causa única para todos os sofrimentos, malogros, humilhações e sujeições. Essa obsessão monocausal é adornada pelos truques teóricos possibilitados pelo uso pseudocientífico de categorias como “sistema” e “estrutura”. Tais noções permitem a simulação de uma unidade de transmissão de injustiças, que, por sua vez, seria delegável à própria base social e atribuível às formações invisíveis e ubíquas, as quais se situam, ao mesmo tempo, em todas as consciências, sem pertencer a nenhuma delas. Assim fala-se de um “racismo estrutural”, de um “machismo estrutural”, de uma “LGBTfobia estrutural”. O que é esse estrutural? É a instância supostamente originária das violências, perversões e crueldades.

A ideologia dos movimentos e grupos de inspiração identitária consiste na hiperpolitização da vida. Os indivíduos são concebidos integralmente como atores políticos: não há espaço na subjetividade para o que não possa ser problematizado coletivamente. A vida humana se converte em uma rotina compulsória de assembleias conflituosas – cujo objetivo final é sempre a operação de um julgamento moralizante a respeito das pessoas e das instituições. Será por meio deste juízo fatal que os identitários passarão a enxergar o Brasil e a brasilidade como um enorme laboratório de maldades, cujo único sentido intelectual e político aceitável é o de assediá-lo. E qual o resultado deste assédio à brasilidade? Os grandes problemas nacionais, derivados das questões estruturais que o identitarismo não alcança com o seu negativismo e militantismo avinagrados, continuam intocados. E, pior, tendo a sua atenção desviada para questões secundárias. Que fique claro: os principais problemas nacionais dizem respeito à maioria dos brasileiros e não às minorias.

¹² Em artigo escrito em parceria com o filósofo Tiago Medeiros, intitulado “*Contra a mediocridade, contra o identitarismo*”, analisamos os altos custos intelectuais e políticos da agenda identitária no Brasil. E propomos uma alternativa, seja na forma de entender os problemas nacionais, seja nos meios de enfrentá-los. Ver: TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes; MEDEIROS, Tiago. *Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional*. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 35- 51, 2023.

4 O futuro da Brasilidade e o Direito

Um dos pontos cegos da brasilidade tem sido a convivência, desde sempre, com uma enorme desigualdade, que, inclusive, gera o desperdício daquilo que é uma de suas principais características: o pendor para a criação e a experimentação, provenientes das nossas misturas. Nosso sincretismo é ainda desequipado econômica e culturalmente. Não vamos resolver essa situação com denúncias e protestos. Precisamos de ideias claras sobre como reorganizar nossa estrutura social e institucional para prover à nossa originalidade sociocultural os meios de sua plena realização. O primeiro passo é tirar a maioria dos brasileiros do fosso econômico (em vez de bradar por “resistência e representatividade”) e do bloqueio cognitivo causado pela incapacitação educacional (disfarçada por *slogans* edificantes como “inclusão”) a que estão submetidos. Nada disso será feito dentro da estrutura existente. Precisamos de novas maneiras de organizar as atividades. Não se pode inferir o conteúdo de tais inovações de abstrações conceituais como capitalismo, socialismo, democracia, mercado, *welfare state*, estado de direito.

As opções institucionais decisivas situam-se num nível de concretude que aquelas abstrações não alcançam. Temas institucionais como o da propriedade e o da relação entre direitos e poderes, por exemplo, são o que mais importa. O jovem jurista paulista Lucas Amato vem desenvolvendo um programa intelectual indutor de uma agenda programática que enfrenta, com invulgar denodo, esses grandes temas que perpassam a relação entre o direito e a transformação. Seu livro sobre a propriedade desagregada é exemplar da tarefa a que se propôs. Nele, há o reconhecimento da propriedade como o mais importante domínio institucional em torno do qual se mobilizam as disputas ideológicas na modernidade, abrindo o debate de agendas intelectuais que invocam a relação entre reorganização institucional e sistema de direitos alternativo ao da tradição do liberalismo, preenchendo a lacuna daquilo que justamente falta à tradição socialista e de esquerda, supostamente representante de uma alternativa ao liberalismo convencional¹³.

Os temas institucionais devem ser abordados tanto do ponto de vista da compreensão do repertório institucional estabelecido como, principalmente, do ponto de vista das alternativas institucionais. É por isso que aqui entra em cena, de maneira decisiva, o campo do Direito. Não

¹³ Da mesma cepa e feito, há o livro sobre como o direito pode ultrapassar os limites estreitos do constitucionalismo contemporâneo, vergado sob a justaposição das suas principais tradições, a norte-americana e a europeia, que por caminhos distintos sonham o debate central, para os verdadeiros progressistas, sobre as alternativas institucionais. Ver: AMATO, Lucas. *Inovações Constitucionais: Direitos e Poderes*. Belo Horizonte: Letramento, 2018. E para o tema da propriedade, ver: AMATO, Lucas. *Propriedade Desagregada e Empreendedorismo Democrático: Instituições da economia de mercado e formas jurídicas do capital*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

para praguejar acerca dos problemas, mas para imaginar, através do manejo dos materiais e dispositivos jurídicos disponíveis, novas formas de usá-los para atender aos objetivos das inovações necessárias. Esse deve ser o papel central do Direito numa dinâmica sociopolítica transformadora. Só a transformação da estrutura por meio de inovação institucional pode enfrentar nossa desigualdade e dar aos progressistas um sentido político consequente.

Para casar brasilidade e transformação democratizadora no Brasil contemporâneo, precisamos de um programa de reorientação radical do progressismo. Ele deve ter como norte ideias institucionais sobre como ir ao coração de nossos problemas, sem os rodeios e as abdições com que liberais e progressistas costumam inundar nosso debate público. Em primeiro lugar, o econômico. Estabelecer as condições práticas que incluem níveis mais altos de poupança doméstica e estreitamento da relação entre essa poupança e a produção. Transformação requer financiamento. A democratização da economia de mercado, totalmente acessível, se baseia na sua reorganização com o uso do Estado na criação das condições para a emergência de novos mercados – que inclua novos atores, de novas maneiras. Em segundo lugar, substituir a lógica da política social. Ao invés do espírito de caridade, típico de nossa mentalidade católica, e da atenuação dos sofrimentos por meio de compensações materiais e simbólicas residuais (as bolsas e as cotas), sua substituição pelo espírito da capacitação e da abertura de caminho para o empreendedorismo popular (haverá recursos para isso, se logarmos êxito na reorientação econômica referida acima)¹⁴.

O início de uma agenda dessa monta permitirá sonharmos com o avanço da brasilidade numa direção desconhecida e ainda mais generosa: a do enraizamento da responsabilidade política e da solidariedade social entre todos nós brasileiros.

¹⁴ Uma óbvia contrapartida dessas reorientações está implicada numa revolução na educação que (não) temos, nem em discussão: uma educação dirigida ao desenvolvimento de um núcleo de habilidades práticas e capacitações conceituais genéricas, que substituam as práticas do enciclopedismo superficial e da decoreba que pautam a maioria de nossas escolas. E, no pensamento pedagógico, menos Paulo Freire com o seu pobrismo cognitivo e mais Anísio Teixeira com a sua abertura ao cultivo das mais altas abstrações mentais. Sobre uma comparação entre esses dois mais famosos representantes do pensamento pedagógico brasileiro, ver: ROCHA, Rafael Valladão. *Caminhos da Educação Brasileira: Entre Paulo Freire e Anísio Teixeira*. São Paulo: Benedictus, 2024.

Referências Bibliográficas

- AMATO, Lucas. *Propriedade Desagregada e Empreendedorismo Democrático*: Instituições da economia de mercado e formas jurídicas do capital. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- AMATO, Lucas. *Inovações Constitucionais*: Direitos e Poderes. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo, FARIA, Carlos Aurélio (Org.). *As políticas da política Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- LILLA, Mark. *O Progressista de ontem e o do amanhã*: Desafios da Democracia Liberal no mundo Pós-Políticas identitárias. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *O Dilema da América Latina*: Estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- ROCHA, Rafael Valladão. *Caminhos da Educação Brasileira*: Entre Paulo Freire e Anísio Teixeira. São Paulo: Benedictus, 2024.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Horizonte do Desejo*: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Os Paradigmas de Interpretação do Brasil e os nossos Projetos de País. In: SOUZA, José Crisóstomo (Org.). *Filosofia, Ação, Criação*: Poética Pragmática em movimento. Salvador: EDUFBA, 2021.
- TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes; MEDEIROS, Tiago. Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 35- 51, 2023. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/375654838_Contra_a_mediocridade_contra_o_identitarismo_uma_contribuicao_para_o_debate_publico_e_academico_nacional. Acesso em: 13 jan. 2026.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental*: Repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- VIANNA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal, 1999.

Como citar este artigo: TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. Brasilidade e colonialismo mental: o assédio do progressismo importado. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 1–15, 2026.

Recebido em 12.01.2026

Publicado em 14.01.2026